

UMA ESCOLA, CEM PARTIDOS:

A multiplicidade de posições político-econômicas entre estudantes em um estudo quantitativo ¹

One school, one hundred parties: the multiplicity of political-economic positions among students in a quantitative study

*Luis Fernando Cerri*²

*Fernando de Araújo Penna*³

RESUMO: No debate político contemporâneo é largamente utilizada a afirmação de que os jovens brasileiros seriam submetidos a um processo de doutrinação ideológica e disto resultaria uma homogeneidade de seu pensamento. Este texto reflete sobre as bases conceituais desta afirmação e estuda os dados de uma pesquisa de ampla base empírica, o Projeto Jovens e a História no Mercosul, para testar os efetivos fundamentos deste debate na análise de posicionamento político dos jovens. No que tange à metodologia, foram utilizadas respostas de estudantes para afirmações de caráter econômico e político que, traduzidas em escalas numéricas e calculadas para cada caso, geraram um gráfico de dispersão, localizado cada estudante em um quadrante que representa uma posição política composta entre direita e esquerda (no eixo dos valores econômicos) e autoritarismo e democracia (no eixo dos valores políticos). Os resultados indicam que há significativa diversidade de posicionamentos, marcada pela escassez de ocupantes dos quadrantes autoritários, bem como a ausência de posturas radicalizadas. Conclui-se, portanto, que, nestas condições e para esta amostra, o argumento da doutrinação não encontra base empírica.

Palavras-chave: Educação democrática. Posicionamento político. Opinião de estudante. Métodos quantitativos.

ABSTRACT: In the contemporary political debate, the claim that young Brazilians would be subjected to a process of ideological indoctrination that would result in homogeneity of their thinking is widely used. This text reflects on the conceptual basis of this assertion and studies the data from a broad empirical research project, the Youth and History in Mercosur, to test the effective foundations of this claim in the analysis of the political position of young people. Regarding the methodology,

¹ Esse texto surgiu da participação independente dos autores em um evento acadêmico: Encontro Regional de História da ANPUH-BA, realizado em Feira de Santana, novembro de 2016. Embora os trabalhos tenham sido produzidos sem um contato anterior, foram apresentados na mesma noite de encerramento, e logo ficou claro que suas perspectivas eram complementares. Os dados empíricos foram produzidos em projeto financiado pela Fundação Araucária e pelo CNPq

² Doutor em Educação. Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Prática de Ensino.

³ Doutor em Educação. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Coordenador do Movimento Educação Democrática.

students' answers were used for economic and political statements that, translated into numerical scales and calculated for each case, generated a scatter plot, locating each student in quadrants that represents a political position composed between right and left wings (in the axis of economic values) and authoritarianism and democracy (in the axis of political values). The results indicate that there is a significant diversity of positions, marked by the lack of occupants of the authoritarian quadrants, as well as the absence of radicalized postures. It follows, therefore, that under these conditions and for this sample the indoctrination argument finds no empirical basis.

Keywords: Democratic education. Political positioning. Student opinion. Quantitative methods.

Na época do impeachment do Collor, a Esplanada dos Ministérios estava cheia de caras pintadas. Na manifestação do dia 13, porém, praticamente não havia estudantes. Segundo o Datafolha, só 4% dos que foram à Paulista tinham entre 12 e 20 anos. Curioso, não? Será que isso tem a ver com as preferências ideológicas, políticas e partidárias dos professores? Será que eles agem seletivamente quando incitam os estudantes a ir pra rua 'exercer a cidadania'? (ESCOLA SEM PARTIDO, 2016)

Dia 13 de março de 2016 ocorreu um dos grandes protestos contra a então presidente Dilma Rousseff. O instituto Datafolha entrevistou 2.262 pessoas durante um dos atos que aconteceu no estado de São Paulo e a conclusão foi que "o perfil dos manifestantes que foram à Paulista neste domingo (13) se manteve elitizado [...] tinham renda e escolaridade muito superiores à média da população (BÄCHTOLD, 2016)". Outro dado interessante revelado pela pesquisa dizia respeito à faixa etária dos manifestantes: 40% - 51 anos ou mais; 33% - 36 a 50 anos; 19% - 26 a 35 anos; 5% - 21 a 26 anos; e apenas 4% entre 12 e 20 anos (BÄCHTOLD, 2016). A citação em destaque, que abre o presente texto, foi retirada de uma publicação feita no dia 26 de março de 2016 pela página do Movimento Escola Sem Partido (MESP) na rede social Facebook e aponta a interpretação do movimento sobre este último dado produzido pela pesquisa do Datafolha. Eles recorrem a duas estratégias discursivas: uma comparação entre esta manifestação com outra anterior e uma relação causal que explicaria a discrepância identificada nesta comparação. A comparação foi feita com as manifestações contra o presidente Fernando Collor, que ficaram conhecidas pela presença de jovens com suas "caras pintadas". A diferença entre as duas é que enquanto a primeira ficou conhecida pela presença dos jovens a segunda, do dia

13/03/16, contou com a pequena participação de pessoas com menos de 20 anos. Ignorando solenemente os outros dados produzidos pela pesquisa com relação à escolarização e renda, o MESP sugere através de perguntas que a explicação para essa ausência de jovens nas manifestações contra Dilma seria consequência das opções políticas dos professores, que agiriam de forma “seletiva” ao estimular os seus alunos a participarem de atos públicos. Podemos destacar dois pressupostos desta argumentação: primeiro, que os professores seriam de esquerda e, segundo, que os alunos assumem os posicionamentos políticos dos seus professores. Estes pressupostos não possuem fundamentação empírica ou teórica reconhecida academicamente e o mais grave seria a consequência lógica da relação entre eles: que a maior parte de juventude seria de esquerda por influência dos professores ⁴.

O objetivo do presente artigo é analisar criticamente esse discurso de um movimento que busca culpar indiscriminadamente os professores de História por doutrinação ideológica dos estudantes. Para tanto, realizaremos uma discussão teórica sobre a educação democrática e a cultura histórica, bem como lançaremos mão de um estudo de ampla base empírica que analisou o espectro das concepções político - ideológicas de estudantes de 15 e 16 anos e cruzou-as com seus conhecimentos e posicionamentos quanto à história. Deste modo, contrapõem-se dados empíricos às afirmações de caráter especulativo e sem embasamento feitas por movimentos de caráter político conservador. Estes afirmam que a escola tem doutrinado alunos e produzido a prevalência de opiniões restritas e homogêneas. O que se identificou, conforme se verifica na sequência, é uma expressiva diversidade de opiniões entre os estudantes.

1. Formação cidadã e Educação democrática: a impossibilidade de uma escola sem partido

⁴ Existem evidências que corroboram uma certa prevalência do posicionamento político de esquerda entre professores de História (Ver, por exemplo) Pacievitch e Cerri (2016), embora esse dado não possa ser tomado isoladamente de outras variáveis (PACIEVITCH; CERRI, 2006, 2014).

Liberdade de ensinar – assegurada pelo art. 206, II, da Constituição Federal – não se confunde com liberdade de expressão; não existe liberdade de expressão no exercício estrito da atividade docente, sob pena de ser anulada a liberdade de consciência e de crença dos estudantes, que formam, em sala de aula, uma audiência cativa; [...] A doutrinação infringe, também, o disposto no art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante aos estudantes ‘o direito de ser respeitado por seus educadores’. Com efeito, um professor que deseja transformar seus alunos em réplicas ideológicas de si mesmo evidentemente não os está respeitando (BRASIL, 2015).

A citação acima faz parte do texto da justificção do projeto de lei nº 867 de 2015, intitulado de “programa escola sem partido” e que tramita na Câmara dos Deputados. Um dos elementos de inconstitucionalidade do PL é a proposta de proibição da “prática de doutrinação política e ideológica” no seu terceiro artigo, sem qualquer forma de definição do que seria essa prática. Independente da inconstitucionalidade da proposta, exaustivamente analisada em vários documentos produzidos por instituições brasileiras e internacionais (PENNA, 2017), a questão que buscamos problematizar é a concepção do fenômeno da escolarização que fundamenta a proposta. A justificção do projeto de lei reproduzida acima afirma que a liberdade de expressão do professor em sala de aula *anularia* a liberdade de crença e consciência dos estudantes e que os professores desrespeitariam os alunos ao tentar transformá-los em *réplicas ideológicas* de si mesmos. O grande questionamento a ser feito é se, do ponto de vista das teorias educacionais, há efetivamente a possibilidade de o professor anular a liberdade dos alunos e se eles realmente constituem uma audiência cativa que pode ser moldada de acordo com as vontades do professor.

Existe, dentro do campo de pesquisa da educação, todo um vasto debate sobre a ideia de uma *formação cidadã*: a maneira através da qual as pessoas aprendem questões vinculadas à política e à democracia. Uma concepção desta formação cidadã, vinculada a uma proposta de *educação para a democracia* e que atualmente é alvo de críticas, entende-a como um processo linear de preparação dos jovens que os leva de uma situação de não-ser-ainda-um-cidadão para uma cidadania-plena e promove a sua adaptação a ordens sócio-políticas pré-existentes, ajudando a reproduzi-las. Ligada a essa concepção ainda temos a ideia da escola como a única responsável por este processo de

formação, levando à responsabilização dos professores pelos “resultados” negativos neste campo (BIESTA, 2011, 2013).

Gert Biesta faz um trabalho de sistematização de pesquisas de sua autoria e de outros pesquisadores para chegar à definição de *formação cidadã*⁵ como a “aprendizagem que ocorre nos e através dos processos e práticas que fazem parte da vida cotidiana de crianças, jovens e adultos e que está fortemente relacionada com a sua atual condição de cidadania” (BIESTA, 2011, p. 86). Essa formação cidadã deve ser compreendida a partir de três características – ela é não-linear (reflete a flutuação nas experiências em curso com relação à democracia e à política, sejam elas positivas ou negativas), recursiva (as novas experiências levam a um movimento retrospectivo de ressignificação de vivências anteriores) e acumulativa (as experiências anteriores não podem ser erradicadas, apesar da possibilidade da ressignificação e da não linearidade desse processo).

A concepção de formação cidadã apresentada acima está vinculada ao conceito de *educação democrática*. A escola não se constitui apenas em um lugar para a qualificação para fazer algo ou para a socialização dentro de formas de ser e agir já existentes, mas também como espaço de subjetivação: processos “que permitam que os que estejam sendo ensinados se tornem mais autônomos e independentes em seus pensamentos e ações” (BIESTA, 2012, p. 819). Uma concepção política da pessoa democrática fundamenta essa perspectiva, localizando a subjetividade não no interior do indivíduo, mas na esfera da interação humana: um estar junto na pluralidade (BIESTA, 2013, p. 177-181). Partindo do reconhecimento de que aprendemos sobre política e democracia em todos os momentos da vida cotidiana, a escola é um espaço no qual podemos vivenciar experiências positivas com relação à democracia, mesmo quando nossa sociedade não oferece tantas oportunidades para essas vivências. Além disso, a escola constitui-se como a única instituição pela qual todos os membros de uma sociedade passam, a princípio, em algum momento das suas vidas, e na qual

⁵ O termo em inglês é “civic learning”. Penna (2017) já trabalhou com a tradução literal “aprendizagem cívica”, mas, em textos mais recentes, tem optado por “formação cidadã” – uma proposta de tradução que evita algumas associações negativas com a disciplina “educação moral e cívica” da Ditadura Militar no Brasil e captura melhor a proposta do conceito na obra de Biesta.

podemos inserir processos reflexivos sobre essas experiências políticas. É impressionante notar como as conclusões deste campo de pesquisa são diametralmente opostas ao discurso do MESP (PENNA, 2017), como a citação a seguir pode evidenciar:

O que é único sobre as escolas é a possibilidade de inserir processos de reflexão nas tentativas de existir politicamente. Isso não se dá devido a uma autoridade especial dos educadores – apesar de isso desempenhar um papel também – mas primeiro e acima de tudo pela mais mundana razão de que no espaço escolar as crianças e os jovens são em um sentido (e apenas em um sentido) uma 'audiência cativa'. Isso mostra qual é o problema se nós declararmos a escola uma 'área proibida' para a existência política, isto é, se concebermos a escola apenas como um espaço para a aquisição de conhecimentos e habilidades, mas não também um lugar onde a liberdade pode aparecer, porque neste caso qualquer aprendizagem que pode ser significativa para a existência política torna-se estéril e desconectada da experiência real. Não é apenas irresponsável tentar manter a existência política fora da escola, é também impossível fazer isso porque a vida das crianças e dos jovens – dentro e fora da escola – é permeada por questões sobre estar junto na pluralidade (BIESTA, 2016, p. 117-118, tradução nossa).

A breve síntese apresentada sobre os conceitos de formação cidadã e educação democrática são suficientes para desconstruir toda fundamentação do discurso do MESP e as propostas legislativas nele baseado (NELE BASEADAS). Os jovens aprendem sobre política e democracia em toda a sua vida cotidiana – imaginar que a escola possa anular de alguma maneira a liberdade dos alunos em termos do seu pensamento político é algo absolutamente infundado e beirando o ridículo na era das redes sociais. Não só o debate propriamente educacional sobre a educação democrática pode expor essa ausência de fundamentos, mas também as contribuições do campo da educação histórica através do conceito de cultura histórica e de pesquisas empíricas realizadas com base neste referencial.

2. Pesquisa empírica – aspectos teóricos e metodológicos

A base empírica para este texto sustenta-se nos dados do projeto Jovens e a História no Mercosul, que coletou cerca de quatro mil questionários de professores e de estudantes de 15 e 16 anos no Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile. Os instrumentos de coleta de dados foram adaptados do projeto europeu "Youth and History", que ocorreu em meados dos anos 1990, sustentado (EVITAR REPETIÇÃO DE TERMOS) por sua vez numa tradição prévia de investigações interculturais referentes ao ensino e à aprendizagem de História (BORRIES, 1995). O projeto buscou dar resposta a questões sobre a qualidade, as características e os resultados do ensino de história, bem como sobre a configuração geral da consciência histórica dos jovens, conteúdos, métodos e concepções de história e de cidadania. O questionário sistematizou vários temas ordenados em afirmações, às quais os alunos responderam assinalando, na maior parte dos casos, um dos itens de uma escala de valoração do tipo "Likert", que ia de "discordo totalmente" a "concordo totalmente". Na tabulação dos dados, a resposta "discordo totalmente" foi tratada como "-2", discordo como "-1" e assim sucessivamente até "2" para concordo totalmente.

O fundamento teórico da pesquisa e do questionário elaborado repousa no conceito de consciência histórica (ANGVIK; BORRIES, 1997, p. 35), que resumidamente é definido como o processo pelo qual se estabelece sentido ao tempo de modo a orientar as intenções e ações na vida prática. Por sua vez, o conceito de consciência histórica se relaciona com os conceitos de cultura histórica e cultura política.

A adaptação cultural e de linguagem do questionário para os contextos dos países participantes implicou um esforço para modificar as perguntas do questionário europeu para atender aos interesses de investigação da equipe e para possibilitar sua compreensão por professores e estudantes da América do Sul. Nesse sentido, algumas questões que faziam sentido apenas para o caso europeu foram eliminadas, enquanto outras foram criadas envolvendo os seguintes temas: ditaduras militares, heróis nacionais (única questão aberta do instrumento), questões de gênero e integração dos países sul-americanos.

A amostra com a qual trabalharemos neste artigo refere-se apenas ao Brasil, onde foram respondidos 2.420 questionários em 22 cidades nas 5 regiões brasileiras ⁶. Trata-se de uma amostra não probabilística, que foi coletada entre agosto de 2012 e maio de 2013, por meio da colaboração voluntária dos pesquisadores participantes.

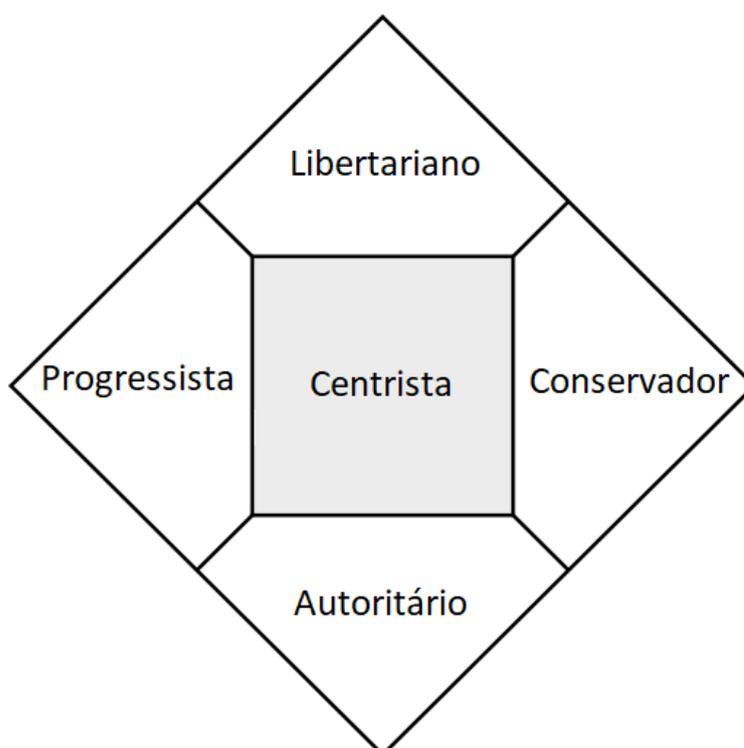
A caracterização político-ideológica dos sujeitos é objeto de um debate constante nas Ciências Humanas e Sociais. O parâmetro clássico, linear, de organizar os indivíduos e posições políticas em uma reta constituída a partir de dois pontos opostos, direita e esquerda, tem sido constantemente criticada por suas limitações, cada vez maiores quanto mais se avança nas fragmentações identitárias da pós-modernidade. Ainda assim, o problema persiste, e a solução escapista de afirmar que direita e esquerda não existem mais não constitui uma solução. Diferentes iniciativas vêm procurando desde os anos 1960 oferecer uma metodologia mais complexa e sofisticada para a classificação de posições políticas e indivíduos num quadro geral. O dado em comum é a proposição de agregar uma nova dimensão e assim passar da reta esquerda - direita a um plano que articula outros fatores.

Brian Mitchell faz um breve mapeamento das propostas de classificação das ideias políticas em esquemas bidimensionais e localiza no princípio destas iniciativas o trabalho do psicólogo Hans Eysenck, paralelo aos estudos de Theodor Adorno sobre a personalidade autoritária (MITCHELL, 2007, p. 4). O que fica claro em ambos os esquemas é que enquanto Eysenck alerta para o autoritarismo de esquerda, Adorno e colaboradores diagnosticam a direita como autoritária. O proponente de cada definição do espectro político, com sua visão de mundo e o contexto político geral em que vive, é condicionante da própria definição que propõe. Assim, um dos planos bidimensionais mais antigos de classificação é o diagrama de Nolan, fundador do Partido Libertário nos Estados

⁶ Curitiba, PR; Florianópolis, SC; Araguaína, TO; Dourados, MS; Parintins, AM; Iporá, GO ; Itararé, SP; Passo Fundo, RS; Ponta Grossa, PR; Porto Alegre, RS; Teixeira de Freitas, BA; Belo Horizonte, MG; Aracaju, SE; S.J. dos Campos, SP; Cáceres, MT; Cuiabá, MT; Rondonópolis, MT; Três Lagoas, MS; Brasília, DF; Curiúva, PR; Ituiutaba, MG; Uberlândia, MG. Em cada cidade foram coletados questionários de uma classe em 7 tipos diferentes de escola: pública (central, de periferia, de excelência e rural) e privada (laica empresarial, confessional e alternativa/ comunitária).

Unidos. Baseado na figura de um losango, estrutura-se em termos de autoritarismo e liberdade *versus* aspectos pessoais e sociais. Seu vértice inferior é representado por zero em termos de liberdade pessoal e liberdade econômica, demarcando o quadrante conservador. Liberdade econômica em detrimento da individual define o quadrante conservador; o controle sobre a economia e a liberdade pessoal definem o quadrante liberal. O controle tanto sobre a liberdade econômica quanto a pessoal define o quadrante autoritário e a defesa de nenhum controle em ambas as esferas definiria o libertarianismo, programa político de Nolan. Há, ainda, um centro político no esquema, não muito definido. Trata-se de um esquema bastante voltado para o modelo político norte-americano, e com um viés libertariano⁷.

Figura 1 – O diagrama de Nolan



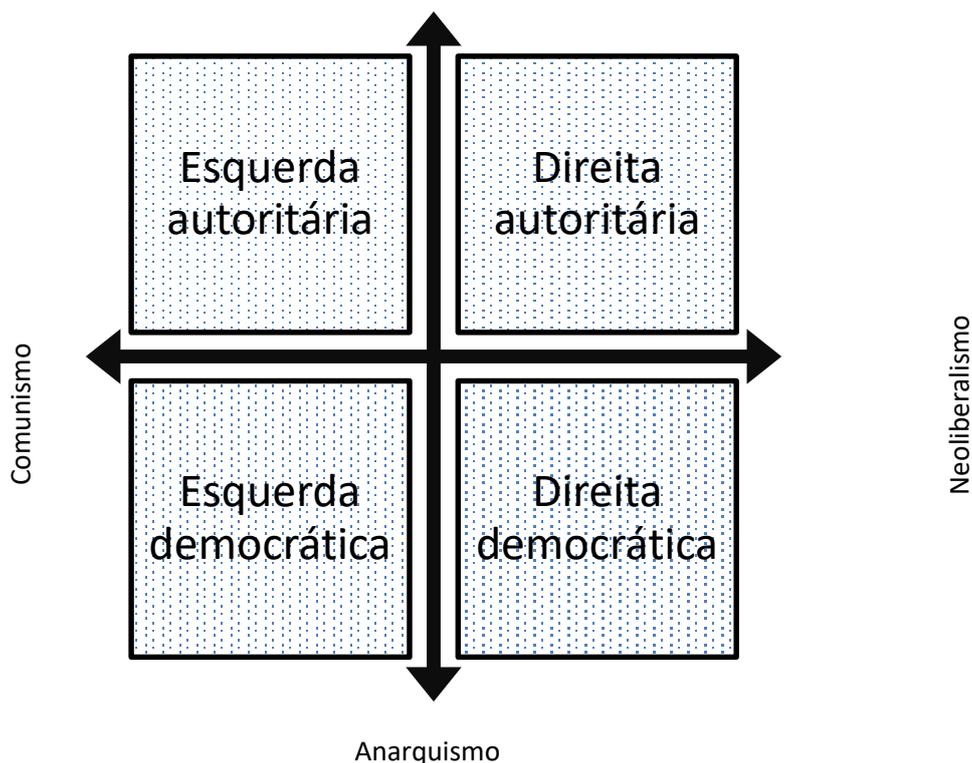
Fonte: Domínio público
(https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nolan_chart_normal.png)
Tradução nossa.

⁷ O libertarianismo é identificado por Luis Felipe Miguel como um dos fatores ideológicos da ascensão da direita brasileira após 2013 (MIGUEL, 2018).

A bússola política (www.politicalcompass.org), por sua vez, é uma tentativa de conciliar o esquema de Eysenck com a perspectiva de Adorno: a diferença entre esquerda e direita aí é dada pelo aspecto econômico, que forma o eixo x de um plano cartesiano, enquanto o eixo y é caracterizado como eixo da dimensão social/comportamental, ou seja, a pressão coercitiva da coletividade de um lado e a força da afirmação individual no outro extremo (fig. 2). Mitchell (2007) critica este esquema por propor a oposição entre liberdade econômica e comunismo, sendo que a economia não teria dominado o debate entre esquerda e direita senão na segunda metade do século XIX, após a Revolução Industrial e a disseminação do pensamento marxista. Antes disso, os liberais assentavam-se à esquerda, mais preocupados com liberdade de pensamento que econômica. Se por um lado trata-se de uma crítica avalizada na história, por outro apenas confirma a historicidade de qualquer modelo de classificação do espectro político. Em outros termos, nem os próprios esquemas para ordenar e classificar os partidos (entendidos como posicionamentos) podem ser concebidos de forma totalmente neutra em termos políticos, e isenta das marcas históricas dos períodos em que surgem.

Figura 2 – A “Bússola política”

Fascismo



Fonte: THE POLITICAL COMPASS. About political compass. Disponível em <https://www.politicalcompass.org/analysis2>
Tradução nossa.

Como qualquer outro modelo de diferenciação de posições político-ideológicas, a bússola política também tem seus problemas e limitações, que ficam mais claros quando consideramos os extremos. Por exemplo, o ângulo superior direito seria uma posição fascista neoliberal, que teria que combinar um Estado absolutamente forte com um mercado absolutamente livre, assim como o ângulo inferior esquerdo, que seria um comunismo anarquista, com total ausência de Estado e máxima garantia da igualdade social. Entretanto, menos que inviabilizar o esquema, são posições absolutamente teóricas e “não encontradas na natureza”, para usar uma ideia da físico-química de elementos químicos possíveis, mas artificiais. Ainda assim, embora não existam sistemas políticos reais com essas características, é possível que se imagine e que se assuma esse tipo de posição política, e é disso que o esquema trata.

Não utilizaremos o diagrama de Nolan porque ele não foi pensado para classificar o posicionamento político das pessoas a partir de um método quantitativo, mas sim para explicar teoricamente os conceitos e posicionamentos e, conjuntamente, desenvolver a propaganda política do Partido

Libertariano nos Estados Unidos. Pelo mesmo motivo, decidimos adotar o termo “democrático” em vez de “libertário” para os quadrantes opostos a “autoritário”. Para a caracterização das ideias e opiniões dos jovens, ou a identificação de elementos de sua cultura política, usaremos uma estratégia de análise parecida com a bússola política, dentro da base de dados já existente. Utilizamos algumas das afirmações do questionário para estabelecer um eixo y (autoritarismo / democracia) e um eixo x (esquerda / direita)⁸. As discordâncias somam negativamente para cada afirmação e as concordâncias somam positivamente.

As afirmativas do questionário utilizadas foram as seguintes:

Afirmações do eixo Y:

- a. Democracia é um sistema de governo fraco que não serve em tempos de crise
- b. A Democracia não é autêntica enquanto homens e mulheres não tiverem direitos iguais em todas as situações (respostas multiplicadas por -1)
- c. Deve haver igualdade entre homens e mulheres no cuidado com os filhos e trabalho doméstico (respostas multiplicadas por -1)
- d. Eu votaria a favor de maior controle sobre o trânsito de veículos para diminuir os acidentes e preservar o meio ambiente.

Afirmações do eixo X:

- a. Os ricos são ricos porque foram criativos ou correram riscos
- b. Os ricos são ricos porque beneficiaram-se de um sistema econômico injusto (respostas multiplicadas por -1)
- c. A democracia deveria incluir a proteção aos mais pobres e a garantia de emprego (respostas multiplicadas por -1)
- d. Eu votaria a favor de maior intervenção do governo na economia para garantir emprego para todos (respostas multiplicadas por -1).

⁸ Entende-se aqui a direita econômica como o predomínio dos interesses econômicos individuais sobre os interesses econômicos coletivos, ou seja, liberalismo econômico, cujo polo extremo é o neoliberalismo. A esquerda, economicamente, significará o contrário: predomínio ou prioridade dos interesses coletivos sobre os individuais, ou seja, uma perspectiva socialista, e seu polo extremo é o comunismo. Entende-se a tendência autoritária como o predomínio do controle político e social sobre a liberdade individual, predomínio da decisão autocrática sobre a decisão socialmente compartilhada cujo extremo é o fascismo, e a tendência democrática ou libertária como o predomínio ou prioridade da liberdade individual sobre o controle social e político e o predomínio da decisão coletiva sobre a autocrática, cujo extremo é o anarquismo.

Devemos ressaltar ainda que, para garantir que todas as frases gerassem resultados dentro do sentido da escala utilizada (ou seja, que concordância ou discordância pontuassem corretamente no sentido do eixo em questão), invertemos alguns dos sentidos transformando as respostas multiplicando os resultados por -1, invertendo-os numericamente, portanto.

Para compor o número resultante, que sintetiza (apenas de acordo com estas afirmações) o posicionamento político de cada estudante, foram somadas todas as respostas de cada participante em cada eixo. Cada participante, assim, ficou com um número para cada eixo, o que o localizou em um dos quatro quadrantes da Figura 1, que é um gráfico de dispersão dos resultados. Por exemplo, alguém que respondesse negativamente a todas as afirmações do eixo X e do eixo Y, teria sua opinião traduzida em um número que ficaria no extremo inferior esquerdo do gráfico, no quadrante de esquerda libertária⁹.

A afirmação a do eixo y indica com clareza a rejeição a democracia e a associação de governos fortes (não democráticos) como eficazes para momentos de crise. Concordar com essa afirmação soma para a tendência autoritária, enquanto rejeitá-la soma para a tendência democrática. Parte-se do pressuposto que o democrata entende que a democracia, em que pesem eventuais falhas, é o melhor regime em todas as ocasiões. A afirmação b do eixo y associa inequivocamente a democracia com igualdade de gênero, de modo que pessoas que eventualmente apoiassem a democracia mas não a igualdade entre homens e mulheres discordariam dessa afirmação. Nesse caso, terminariam por aderir a uma concepção anacrônica de democracia, concepção essa que hoje não é mais considerada efetivamente democrática.¹⁰ Entretanto, para garantir a mesma

⁹ Essa metodologia conduz a que não estabeleçamos “essências” democráticas ou autoritárias, esquerdistas ou direitistas dos nossos respondentes, mas sim tendências: para cada indivíduo chega-se a um par de números que resultam de médias. Ou seja, o sujeito pode responder tanto de modo autoritário quanto democrático, por exemplo, e seus números resultantes podem estar de um ou de outro lado do espectro, conforme a tendência predominante. Em outros termos ainda, o fato de localizar um indivíduo em um dos quadrantes não define sua essência política entendida de modo estático e definitivo, mas sim indica a sua tendência resultante, naquele momento, que pode ser resultante de posições internamente contraditórias.

¹⁰ Embora seja possível imaginar que algum participante tenha respondido que concorda com a afirmação (ou seja, que a democracia autêntica pressupõe igualdade homem mulher), mas seja pessoalmente contrário à democracia e/ou à dita igualdade (em

ordem da escala (valores mais altos apontam para a tendência autoritária), os resultados foram multiplicados por -1. A afirmação c do mesmo eixo aponta para uma perspectiva de horizontalidade entre homens e mulheres no âmbito da vida privada, e rechaça a autoridade do homem sobre a mulher. Novamente, para corresponder ao sentido da escala (valores maiores ligados ao autoritarismo) as respostas foram multiplicadas por -1. A afirmação d do eixo y merece especial atenção: embora o apoio à existência de regras de trânsito sejam um ponto comum a todo o espectro político, a afirmação se refere a **maior** controle, ou seja, o tipo de evento ligado a mais vigilância/ punição sobre os condutores e pedestres e restrições ao uso e circulação de automotores. Para ambos os propósitos, maior segurança ou maior preservação do meio ambiente, a indicação não é respeitar e esperar a colaboração livre do indivíduo, mas impor limites e controle aos interesses individuais. Nesse sentido, embora concordar com essa afirmação não signifique necessariamente autoritarismo, significa prevalência da autoridade e do controle sobre a liberdade e a individualidade, e por isso, a resposta positiva soma para o autoritarismo (que neste caso parece uma classificação inadequada mas, como vimos, é aplicável).

A afirmação a do eixo X legitima a riqueza: os ricos o são por suas capacidades próprias, e a resposta positiva soma para a perspectiva liberal. A afirmação b é a sua contrária, mas dá destaque à injustiça do sistema econômico, e as respostas foram multiplicadas por menos um para que os que discordam da afirmação somem para a direita econômica e vice-versa. A afirmação c do eixo X vincula democracia com a providência de condições socioeconômicas, e portanto é tipicamente socialista, por isso também multiplicada por -1 para ajustar o sentido da escala. Por fim, a afirmação d do eixo X defende a prioridade do pleno emprego e intervenção governamental na economia, e as respostas foram multiplicadas por -1 para que os que concordam

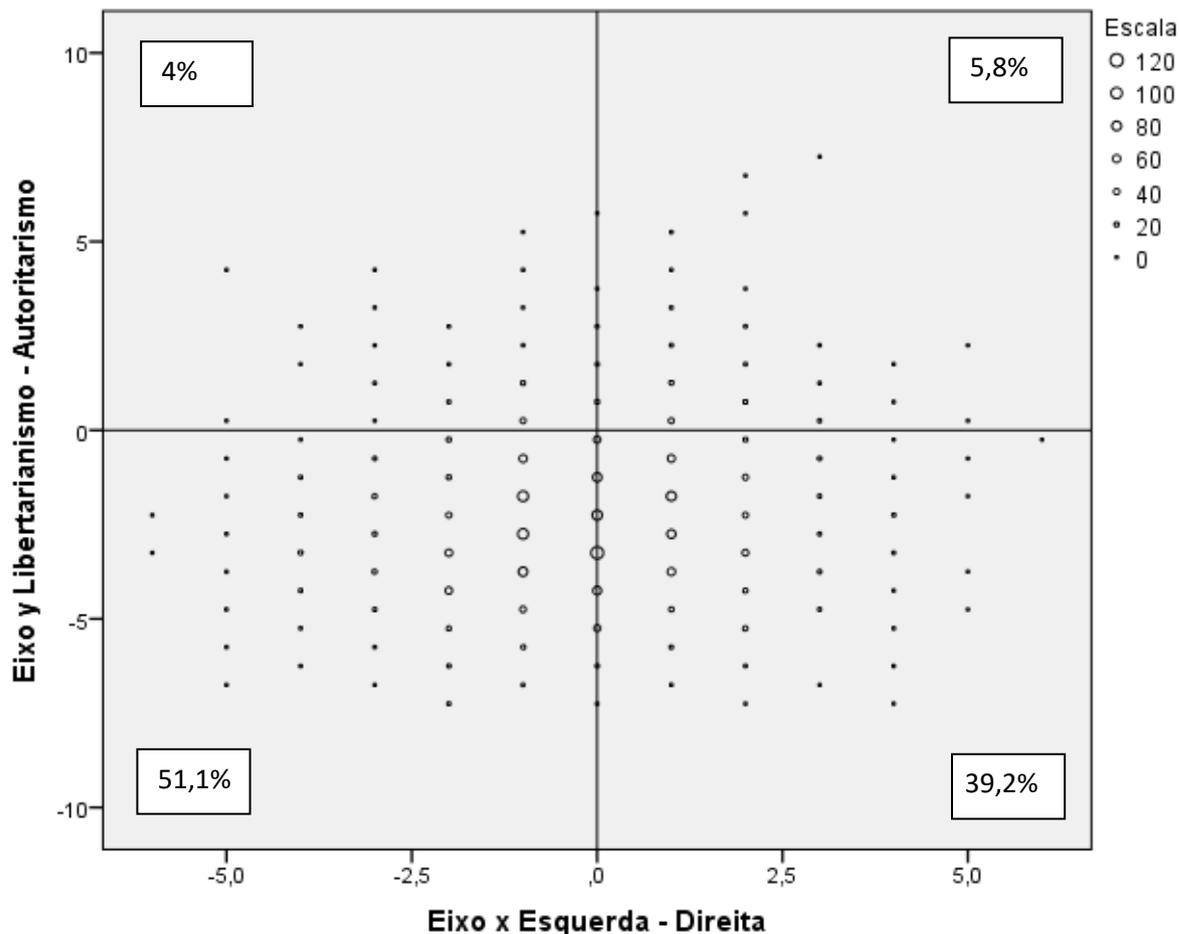
outros termos, uma concordância de que o conceito está correto, mas não uma concordância com a afirmação em si), essa seria claramente uma interpretação aberrante, descartável filosoficamente pelo princípio da navalha de Ockham e estatisticamente pelo princípio de que as interpretações aberrantes são minoritárias e tendem a ser diluídas dentro de uma grande quantidade de casos. Com efeito, apenas 5% dos que concordam totalmente com a afirmação votariam contra "a plena igualdade entre homens e mulheres no trabalho, na administração da casa e na política" (item 41c do questionário).

com a afirmação somem para o socialismo, e os que discordam somem para o liberalismo.

3. Uma escola, cem partidos.

Nunca é demais lembrar as limitações do método utilizado, desde a amostra não probabilística até as afirmações usadas, que não foram elaboradas especificamente para o fim aqui imaginado e, portanto, não abrangem uma ampla gama de aspectos e questões em torno dos quais as ideias políticas se posicionam. É preciso considerar ainda que, se em um caso não há resposta para uma das 8 afirmações consideradas, este caso é desprezado. Por isso, do total de 2.420 casos, 947 foram descartados por não terem respondido a uma ou mais das afirmativas selecionadas, permanecendo as respostas de 1473 jovens. Em suma, o presente estudo tem um caráter exploratório, e carece de confirmação por estudos posteriores que apurem os instrumentos de coleta e métodos de análise. Ainda assim, defendemos que este resultado é significativo e merece ser replicado em outras situações e amostras, pois tem potencial para identificar um quadro amplo referente à cultura política dos jovens. Por fim, lembramos que o material empírico coletado se refere a opiniões de jovens que eram estudantes de ensino médio no período entre 2012 - 2013. Efetivamente deve-se admitir que após o processo político nacional iniciado nas Jornadas de Junho de 2013 e que teve o seu ápice no *impeachment* de Dilma Rousseff, uma eventual replicação da pesquisa produziria um resultado diferente, mas principalmente pela influência de elementos da conjuntura política e social extraescolar. Um tal levantamento será muito útil, pois somará elementos para a compreensão do posicionamento político dos jovens estudantes, sobretudo quanto à influência dos aspectos extraescolares, partindo da hipótese de que não houve transformações significativas nas práticas docentes de 2013 para cá, ao passo que a conjuntura política e social se alterou radicalmente.

Figura 3 – dispersão dos posicionamentos políticos dos estudantes



Fonte: Os autores.
 Dados do projeto Jovens e a História 2013.

Considerando a escala, em que os círculos maiores correspondem a grupos maiores de participantes que coincidiram em determinada resposta resultante, e os pontos se referem a indivíduos ou grupos menores, a primeira constatação é que o maior peso nesta amostra se concentra no campo democrático, distribuído mais ou menos equitativamente entre esquerda e direita. Relacionada com essa primeira constatação, está o fato de que, em geral, as posições não são radicalizadas, ou seja, a frequência vai rareando conforme nos aproximamos de qualquer uma das margens do diagrama, ao passo que a frequência aumenta conforme nos aproximamos do centro do gráfico, principalmente no que tange ao eixo horizontal.

O eixo horizontal verificará a divisão dos respondentes de forma bastante equilibrada entre direita (cerca de 45% dos casos) e esquerda (55% dos casos),

lembrando que este eixo se refere aos aspectos econômicos. Trata-se de um indicativo de que não há base empírica para a denúncia basilar e fundante do MESP, de que haveria “doutrinação esquerdista” nas escolas, pois seria razoável esperar que, existindo e sendo generalizada e efetiva, essa ação faria pender para a esquerda uma ampla maioria dos estudantes. De qualquer modo, sempre cabe ao acusador o ônus da prova, quer dizer, demonstrar que efetivamente há tal doutrinação, o que envolve dois fatores prévios fundamentais: a) definir doutrinação e b) estabelecer um método cientificamente aceitável para constatar sua presença. Entretanto, até o momento têm sido usadas apenas as evidências anedóticas, ou seja, sujeitos que denunciam doutrinações com base em experiências pontuais que provavelmente estão contaminadas por subjetividade, pelo parâmetro utilizado para identificar doutrinação (a percepção ou sensação do sujeito, majoritariamente). Usando um ditado da sabedoria popular, para quem tem um martelo, tudo parece prego.

Se há uma “doutrinação” claramente identificável no gráfico, no sentido de fazer com que os alunos pendam decisiva e majoritariamente para um lado, trata-se da “doutrinação” em favor da democracia. De fato, quando centramos o olhar na linha y, que se refere às ações do Estado e à formação das decisões embasam tais ações (REDAÇÃO), percebe-se que há um amplo posicionamento a favor das posturas democráticas, com praticamente 90% dos casos concentrando-se nos dois quadrantes inferiores, e apenas 10% dividindo-se entre posturas mais autoritárias à direita ou à esquerda. Se, numa definição rápida, entendermos doutrinação como o processo de moldar as bases do pensamento dos estudantes favorecendo uma visão e dissuadindo a visão contrária, pode-se afirmar, nesse caso, que os professores estão doutrinando seus alunos contra o autoritarismo e a favor da democracia. No caso, nada mais fazem do que cumprir um mandato constitucional. Novamente, pode-se objetar com a hipótese de que os professores estariam sim, fazendo uma doutrinação esquerdista e autoritária – hipótese, novamente, que precisaria ser empiricamente comprovada pelos seus propositores – mas que ela não estaria tendo sucesso entre os estudantes. Novamente, um fracasso dessas dimensões de uma hipotética doutrinação autoritária mostraria que de fato não estaríamos

diante de um problema real, ou ao menos não se trataria de um dos problemas prioritários da educação.

Fica claro que, ao contrário de uniformizar o pensamento, a conjunção entre aprendizado escolar e extraescolar vem gerando uma diversidade interessante de posições, dentro das características que o ordenamento constitucional prescreve: liberdade de pensamento e de opinião e desestímulo ao autoritarismo, de modo que o conjunto demonstra um decisivo equilíbrio de posições.

4. Considerações finais

Este breve estudo deriva de uma base empírica, de uma base conceitual e de uma base metodológica, como cumpre a qualquer estudo acadêmico, característica ausente nos dados eventualmente citados pelos movimentos conservadores mencionados. Ainda assim, e por isso mesmo, é preciso reafirmar os limites das conclusões aqui apresentadas. Em primeiro lugar, os dados foram coletados antes das Jornadas de Junho de 2013, marco após o qual a cultura política brasileira sofreu um amplo deslocamento, inicialmente como um movimento progressista e por ampliação e distribuição de direitos, e na sequência com um forte movimento de afirmação de valores conservadores, liberais e neoliberais, com um discurso moralista e agressivo contra a ascensão social das classes populares. Estes valores compuseram o caldo de cultura para o tom elevado do debate na campanha presidencial de 2014, o golpe de 2016 (MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016; SOUZA, 2016; JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016), a prisão do ex-presidente Lula da Silva e a eleição do presidente Jair Bolsonaro. O momento em que a amostra foi coletada não captou todo este movimento, e não alcança a mensuração de seus efeitos. Por outro lado, o modo de organização e de análise dos dados foi adaptado para esse fim, e não pensado neste sentido desde o começo, o que interfere em parte nos resultados. Outro aspecto é que a amostra não foi tomada a partir de um corte probabilístico, o que impede traçar margens de erro. Apesar de tudo isso, afirmamos que os

dados resultantes preservam essencialmente o potencial de indicar as tendências da realidade do grupo pesquisado, quando a coleta foi feita.

Os resultados apresentados refutam a argumentação de que as manifestações a favor do impeachment de Dilma Rousseff contariam com a presença de poucos jovens devido ao fato deles adotarem majoritariamente um posicionamento de esquerda devido à influência dos professores. As pesquisas do campo educacional indicam (KRISCHKE, 2004; RODRÍGUEZ, 2013) que os jovens vivem experiências positivas e negativas com a política e a democracia em todos os âmbitos da sua vida, inclusive na escola. Esta última teria um importante potencial para a educação democrática porque ofereceria oportunidades para a vivência de experiências políticas positivas dentro da instituição escolar (educação através da democracia) e possibilitaria o espaço para a inserção de processos reflexivos nas experiências vividas tanto dentro quanto fora dos muros da escola. Os resultados analisados neste artigo corroboram esta interpretação quando indicam não uma doutrinação de esquerda ou direita, mas um apreço dos estudantes pela democracia.

Mais do que refutar essa argumentação falaciosa específica com relação às manifestações a favor ou contra o impeachment, a discussão aqui apresentada parece indicar a impossibilidade do fenômeno massivo de doutrinação dentro das escolas públicas, seja para a esquerda ou para a direita. Essa interpretação, que não tem fundamento empírico algum, não passa de uma teoria da conspiração, uma narrativa fantasiosa utilizada para fins políticos de perseguição dos professores. O que esta proposta reacionária parece almejar é a exclusão da legitimidade de presentes nos materiais didáticos e de debates que possibilitem a crítica das diferentes formas de desigualdade que se convertem em exclusão no espaço escolar. Se uma proposta como o projeto "escola sem partido" fosse aprovada, aí sim os resultados aqui apresentados poderiam mudar. A possibilidade de aprender com a diferença seria prejudicada. A escola não poderia contribuir para o desenvolvimento do apreço à democracia. Por isso nossa defesa academicamente fundamentada da importância da educação, histórica e democrática.

Referências

ANGVIK, Magne; BORRIES, Bodo von (ed.). *Youth and history: a comparative european survey on historical consciousness and political. attitudes among adolescents*. Hambourg: Edition Körber-Stiftung, 1997. v. A.

BACHTOLD, Felipe. Protesto cresce, mas manifestante mantém perfil de alta renda. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 mar. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749640-protesto-cresce-mas-manifestante-mantem-perfil-de-alta-renda.shtml>. Acesso em: 22 fev. 2017.

BIESTA, Gert. A boa educação na era da mensuração. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 147, p. 808-825, 2012.

BIESTA, Gert. *Learning democracy in school and society: education, lifelong learning and the politics of citizenship*. Rotterdam: Sense Publishers, 2011.

BIESTA, Gert. *Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BIESTA, Gert. *The beautiful risk of education*. New York: Routledge, 2016.

BORRIES, Bodo. Exploring the construction of historical meaning: cross-cultural studies of historical consciousness among adolescents. In: BOS, W.; LEHMANN, R. H. (ed.). *Reflections on educational achievement. papers in honour of T. Neville Postlethwaite*. Nova Iorque: Waxmann, 1995. p. 25-49.

BRASIL. *Projeto de Lei n. 867, de 2015*. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=286B1B87D7AF413244ADA930E17D364D.proposicoesWeb1?codteor=1317168&file name=Avulso+-PL+867/2015. Acesso em: 22 fev. 2017.

ESCOLA SEM PARTIDO. *Postagem comparando as manifestações favoráveis ao impeachment de Fernando Collor e Dilma Rouseff*. Facebook. 26 de março de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/posts/612603732223955>. Último acesso em 28/09/2018.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

KRISCHKE, Paulo J. Perfil da juventude brasileira: questões sobre cultura política e participação democrática. *Interthesis*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 3, 2004.

MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016: a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: E. Solano (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 117.

MITCHELL, Brian Patrick. *8 ways to run the country: a new and revealing look at left and right*. Westport: Praeger, 2007.

PACIEVITCH, Caroline; CERRI, Luis. Diálogos sobre política, utopía y formación de profesores de Historia. *Clío & Asociados*, Santa Fé, v. 18-19, p. 268 – 293, 2014.

PACIEVITCH, Caroline; CERRI, Luis. Esquerda ou direita? professores, opção política e didática da história. *Antíteses*, Londrina, v. 9, n. 18, p. 298-324, jul./dez. 2016.

PACIEVITCH, Caroline; CERRI, Luis. Professores progressistas de história e a pedagogia histórico-crítica nos anos 80 - aproximações e distanciamentos. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 1-18, abr. 2006.

PENNA, Fernando de A. 'Escola sem partido' como ameaça à educação democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. In: MACHADO, A. R. de; TOLEDO, M. R. de A. (org.) *Golpes na história e na escola: o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI*. São Paulo: Cortez ANPUH-SP, 2017. p. 247-260.

RODRÍGUEZ, Ernesto. Primera encuesta iberoamericana de juventud. *Tendências em foco (UNESCO)*. Brasília, n. 25, p. 1-15, set. 2013.

SOUZA, Jessé de. *A radiografia do golpe*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

THE POLITICAL COMPASS. About the Political Compass. Disponível em: <https://www.politicalcompass.org/analysis2>. Acesso em: 15 dez. 2020.

*Recebido em 12 de Junho de 2020
Aprovado em 08 de Dezembro de 2020*